COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2016

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("CPSEC" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo, e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009 ("Lei Autorizativa" ou "Lei nº 13.723/2009"). Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As Demonstrações Financeiras apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures realizadas nos anos de 2012, 2014 e 2015, com lastro nos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, e do Programa Especial de Parcelamento - PEP. **1ª Estruturação:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do PPI no montante de R$2.079.840.969 (base em 1º de março de 2012). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R$926.088.398 foi realizada com capital próprio e com recursos captados por meio da integralização da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real ("1ª Emissão"), distribuídas com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução 476/2009, o restante da integralização se deu com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 1ª Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações ("Debêntures Subordinadas"), no valor de R$1.153.752.571. A estruturação foi amparada em instrumentos jurídicos e uma série de procedimentos e processos implementados pela Companhia, pelo Estado de São Paulo, e por terceiros, visando garantir a prioridade dos pagamentos devidos aos detentores da 1ª Emissão de debêntures com os recursos advindos dos direitos creditórios do PPI, e em seguida, com o excedente dos recursos recebidos a amortização das Debêntures Subordinadas. A 1ª Emissão contou com garantia real representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PPI e das contas correntes e de investimentos onde transitavam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, os quais estavam sob a gestão e movimentação do agente fiduciário da 1ª Emissão, que incluía um fundo de amortização em montante igual ao somatório das 3 (três) próximas parcelas de pagamento da 1ª Emissão. Por ocasião da 2ª Estruturação, foi constituída garantia real adicional representada pela cessão fiduciária da conta corrente em que a Companhia recebe o fluxo financeiro dos direitos creditórios do PEP; adquiridos do Estado de São Paulo em 28 de novembro de 2014. Conforme previsto no cronograma de amortização, em 29 de fevereiro de 2016, a Companhia promoveu o resgate integral das Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real - 1ª Emissão, por meio do pagamento da última parcela de juros e amortização. Em 31 de outubro de 2016, a Companhia promoveu o resgate total das Debêntures Subordinadas, subscritas pelo Estado de São Paulo, mediante as amortizações financeiras antecipadas e as dações em pagamento de direitos creditórios de PPI rompidos. Em 31 de dezembro de 2016, os direitos creditórios ativos do PPI somavam R$242.566.487, cuja arrecadação será direcionada prioritariamente à amortização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão. **2ª Estruturação:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do Programa Especial de Parcelamento "PEP" no montante de R$5.903.621.843 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R$809.009.878 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). A 2ª Emissão conta com garantia adicional real representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual o excedente dos fluxos financeiros do PEP é direcionado após o pagamento da 3ª Emissão, e de um fundo de amortização em montante igual a 1,6 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização da 1ª Série da 2ª Emissão, observado ainda que o pagamento da 2ª Série da 2ª Emissão é realizado com os recursos que excederem o pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão. Após a subscrição das debêntures da 2ª Estruturação a amortização das Debêntures Subordinadas passou a depender do cumprimento de todas as obrigações previstas nas escrituras da 3ª Emissão e da 1ª Série da 2ª Emissão. A 1ª Série da 2ª Emissão obteve nota de rating "brBB", atribuída pela Standard &Poors, em 24 de fevereiro de 2017. Ainda em relação à 2ª Estruturação, em 18 de maio de 2015, a Companhia promoveu a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R$740.000.000, na data de emissão. Em virtude do cumprimento de todas as etapas, formalidades e condições exigidas nos documentos da operação, assim como em razão da efetiva liquidação da 3ª Emissão ter sido realizada somente em 8 de julho de 2015, os registros contábeis relacionados a estas debêntures foram efetuados nas demonstrações financeiras da Companhia do 3º trimestre de 2015. Convém informar, ainda, que dos recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão, o valor de R$750.000.000 foi direcionado para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme programado na 2ª Estruturação. A garantia real da 3ª Emissão é representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PEP e dos fluxos excedentes verificados nas contas correntes onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, bem como, de um fundo de amortização em montante equivalente às 4 próximas parcelas de pagamento de remuneração e amortização. A 3ª Emissão obteve nota de rating "brAA-", atribuída pela Standard &Poors, em 24 de fevereiro de 2017. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um lucro líquido de R$3.012.684, conforme destacado nas notas explicativas, sendo que deste resultado, R$3.632.359 são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, mantidos com Partes Relacionadas. A Administração irá propor o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas no valor total de R$97.953, equivalente a 50% do lucro tributável, e correspondente a R$ 0,02923970, por ação ordinária, cujo valor foi provisionado no passivo circulante. Os juros sobre o capital próprio proposto serão pagos aos acionistas após a aprovação em Assembleia Geral, cuja reunião realizar-se-á em abril de 2017. As Demonstrações Financeiras serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante desta demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em R$(reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

BALANÇOS PATRIMONAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais R$)

ATIVO	Notas Explicativas	2016	2015
CIRCULANTE		922.997.908	1.128.347.220
Caixa e Equivalente de Caixa	4	159.555.650	144.243.896
Banco		31.624	98.104
Aplicações financeiras		159.524.026	144.145.792
Contas a Receber	5 e 9	747.252.864	976.735.921
Direitos Creditórios a Receber - PPI		199.078.243	265.717.029
Ajuste a Valor Justo		(49.928.018)	(71.428.290)
Direitos Creditórios a Receber - PEP		607.890.029	793.380.230
Ajuste a Valor Justo - PEP		(9.787.390)	(10.933.048)
Tributos a Recuperar	6	16.172.918	7.350.059
Tributos Correntes a Recuperar		16.172.918	7.350.059
Outros Ativos Circulantes		16.476	17.344
Despesas Antecipadas		16.476	17.344
NÃO CIRCULANTE		2.276.301.926	5.445.722.416
Tributos Diferidos	9	21.659.671	27.457.384
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		21.659.671	27.457.384
Contas a Receber	5 e 9	2.254.631.877	5.418.252.464
Direitos Creditórios a Receber - PPI		43.488.244	249.511.124
Direitos Creditórios - PPI Rompidos		9.718.366	656.982.007
Ajuste a Valor Justo		(13.776.896)	(97.323.817)
(-) Direitos Creditórios PPI Rompidos		-	(2.610.943)
Direitos Creditórios a Receber - PEP		1.501.668.551	2.343.956.218
Direitos Creditórios - PEP Rompidos		715.671.329	2.279.447.446
Ajuste a Valor Justo - PEP		(2.137.717)	(11.709.571)
ATIVO PERMANENTE		10.378	12.568
Imobilizado		10.378	12.568
Bens Móveis		11.335	11.335
Outras Imobilizações		14.510	14.510
(-) Depreciação Acumulada		(15.467)	(13.277)
TOTAL DO ATIVO		3.199.299.834	6.574.069.636

PASSIVO	Notas Explicativas	2016	2015
CIRCULANTE		421.399.956	534.704.580
Obrigações Sociais e Trabalhistas		148.252	104.416
Obrigações Sociais		81.948	50.166
Obrigações Trabalhistas		66.304	54.250
Fornecedores		47.561	69.724
Fornecedores		22.501	24.522
Provisões para Pagamentos e Efetuar		25.060	45.202
Obrigações Fiscais		3.419.487	70.124
Obrigações Fiscais Federais		3.419.487	70.124
Debêntures	7	414.012.143	526.184.880
Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão		-	31.809.886
(-) Custo de Emissão de Debêntures - 1ª emissão		-	(24.025)
Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		202.573.827	276.351.193
(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino		(2.915.338)	(4.645.359)
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão		214.505.541	222.895.022
(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão		(151.887)	(201.837)
Outras Obrigações		3.772.513	8.275.436
Dividendo Mínimo Obrigatório		-	929.047
Valores Transitórios a Pagar	8	3.392.433	7.127.946
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		282.127	218.443
Comissões a Pagar		-	-
Juros a pagar s/ Capital Próprio		97.953	-
NÃO CIRCULANTE		2.500.986.723	5.762.579.210
Debêntures	7 e 9	2.500.986.723	5.762.579.210
Debêntures Subordinadas 1ª emissão		-	815.370.571
Ajuste a Valor Justo - 1ª emissão		-	(87.995.097)
Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		167.158.926	367.488.255
(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino		(1.589.951)	(4.505.289)
Debêntures - 2ª Série da 2ª Emissão		2.096.677.410	4.240.880.071
Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão		(18.487.555)	(36.827.091)
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão		257.388.145	468.479.929
(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão		(160.252)	(312.139)
Patrimônio Líquido	9 e 10	276.913.155	276.785.846
Capital Integralizado		335.000.000	335.000.000
Reserva Legal		810.422	810.422
Reserva Especial		-	2.787.142
Prejuízos Acumulados		(23.414.471)	(22.696.563)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(35.482.796)	(39.115.155)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LIQUIDO		3.199.299.834	6.574.069.636

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em reais R$)

	Notas Explicativas	2016	2015
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	5 e 16	**693.062.158**	**821.599.971**
Receita Atualização PPI - Selic		147.920.826	147.333.607
Receita Atualização PEP		545.141.332	674.266.364
CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	7 e 16	**(706.209.806)**	**(818.140.055)**
Juros Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão		(627.292)	(20.248.816)
Juros Debêntures Subordinadas - 1ª emissão		(101.829.053)	(84.233.598)
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		(83.658.714)	(114.453.663)
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão		(425.628.128)	(544.783.872)
Juros Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão		(92.573.439)	(54.420.106)
Pis Não Cumulativo		(337.702)	-
Cofins Não Cumulativo		(1.555.478)	-
RESULTADO BRUTO		**(13.147.648)**	**3.459.916**
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		(1.927.418)	(3.683.445)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		**(3.242.550)**	**(3.355.061)**
Despesas com Salários	11	(1.506.917)	(1.321.341)
Encargos Sociais e Obrigações	11	(702.077)	(625.029)
Serviços Técnicos Especializados	12	(859.637)	(960.167)
Anúncios e Publicações	12	(149.223)	(363.784)
Despesas Legais e Societárias	12	(24.696)	(84.740)
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	12	**1.315.132**	**(328.384)**
Outras Receitas Operacionais		3.012.231	15.334
Outras Despesas Operacionais		(1.697.099)	(343.718)
RESULTADO FINANCEIRO	4 e 13	**23.803.965**	**18.031.778**
Receitas Financeiras		24.536.376	19.511.393
Juros sobre o capital próprio		(97.953)	-
Despesas Financeiras		(634.458)	(1.479.615)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E REVERSÕES		**8.728.899**	**17.808.249**
APURAÇÃO DE IMPOSTOS	9 e 14	(5.814.168)	(9.127.729)
Imposto de Renda		(10.285)	-
Contribuição Social sobre o Lucro		(6.171)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(5.797.712)	(9.127.729)
RESULTADO ANTES REVERSÕES		**2.914.731**	**8.680.520**
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio		**97.953**	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	1 e 10	3.012.684	8.680.520
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)	19	0,89931	2,59120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais R$)

	2016	2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.012.684	8.680.520
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(3.632.359)	(22.696.563)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(619.675)	(14.016.043)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais R$)

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	3.012.684	8.680.520
Depreciação	2.191	2.986
Crédito de PIS e Cofins	(3.012.232)	-
Ajuste a Valor Justo	(9.430.071)	(31.824.292)
IRPJ e CSLL Diferidos	5.797.712	9.127.729
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	(3.629.716)	(14.013.057)
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS		
Direitos Creditórios a Receber - PPI	272.661.666	285.010.240
Direitos Creditórios a Receber - PEP	1.027.777.868	2.556.778.588
Direitos Creditórios PEP Rompidos	(816.986.673)	(2.114.106.625)
Direitos Creditórios PPI Rompidos	(67.614.435)	(112.386.248)
Tributos a recuperar	(5.810.627)	(3.543.708)
Adiantamentos a Terceiros	-	10.892
Despesas Antecipadas	868	1.856
Debêntures - 1ª emissão	(134.889.299)	(249.039.610)
Debêntures - 2ª emissão	(32.901.207)	(986.978.981)
Debêntures - 3ª emissão	(219.279.428)	690.860.975
Fornecedores	(2.021)	1.582
Contas a Pagar	3.436.460	(810.590)
Outras Obrigações	(3.735.513)	3.749.071
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS	22.657.659	69.547.442
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.027.943	55.534.385
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de Dividendos	(3.716.189)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	(3.054.640)
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.716.189)	(3.054.640)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.311.754	52.479.745
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	144.243.896	91.764.151
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	159.555.650	144.243.896

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

autenticidade certificada oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 31 de março de 2017 às 01:38:52.

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais R$)

	2016	2015		2016	2015
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	696.074.389	821.615.305	**VALOR ADICIONADO BRUTO**	(9.447.691)	1.844.168
Receita Atualização PPI - Selic	42.873.634	94.433.784	**RETENÇÕES**	(2.191)	(2.986)
Realização Ajuste a Valor Justo - 1ª emissão	105.047.192	52.899.823	Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.191)	(2.986)
Outras Receitas Operacionais	3.012.231	15.334	**VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO**	(9.449.882)	1.841.182
Receita Atualização PEP	534.423.820	651.716.903	**VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA**	23.901.918	18.031.778
Realização Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão	10.717.512	6.420.390	Receitas Financeiras	24.536.376	19.511.393
Receita Liquidação Debentures - 3ª emissão	-	16.129.071	Despesas Financeiras	(634.458)	(1.479.615)
DESPESAS E INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(705.522.080)	(819.771.137)	**VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR**	14.452.036	19.872.960
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(1.205.453)	(1.631.082)	**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**	14.452.036	19.872.960
Juros de Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão	(627.292)	(20.248.816)	Pessoal	1.708.138	1.495.637
Juros de Debêntures Subordinadas - 1ª emissão	(13.833.957)	(58.180.037)	FGTS	109.244	93.455
Ajuste a Valor Justo - 1ª emissão	(87.995.097)	(26.053.561)	Impostos, Taxas e Contribuições	9.621.970	9.603.348
Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão	(18.339.535)	(1.442.359)	Remuneração de Capitais Próprios	3.012.684	8.680.520
Juros Debêntures Mezanino - 1ª série da 2ª emissão	(83.658.714)	(114.453.663)	Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	97.953	929.047
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	(407.288.593)	(543.341.513)	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.914.731	7.751.473
Juros de Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	(92.573.439)	(54.420.106)			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais R$)

	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva Especial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2016		335.000.000	810.422	2.787.142	(39.115.155)	(22.696.563)	276.785.846
Lucro líquido do exercício						3.012.684	3.012.684
Reserva Legal	10						-
Dividendos	10			(2.787.142)			(2.787.142)
Juros sobre Capital Próprio Provisionado						(97.953)	(97.953)
Ajuste exercício anterior						(280)	(280)
Destinação da parcela do ajuste de avaliação patrimonial realizado no exercício	9				3.632.359	(3.632.359)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		335.000.000	810.422	-	(35.482.796)	(23.414.471)	276.913.155
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2015		335.000.000	614.833	-	(56.712.100)	(4.768.742)	274.133.991
Lucro líquido do exercício						8.680.520	8.680.520
Reserva Legal	10		195.589			(195.589)	-
Reserva Especial - lucros a destinar	10			2.787.142		(2.787.142)	-
Ajuste de avaliação patrimonial - 3ª Emissão	9				(5.099.618)		(5.099.618)
Destinação da parcela do ajuste avaliação patrimonial realizado no exercício	9				22.696.563	(22.696.563)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10					(929.047)	(929.047)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		335.000.000	810.422	2.787.142	(39.115.155)	(22.696.563)	276.785.846

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. Vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As Demonstrações Financeiras apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2012, 2014 e 2015, com lastro nos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI ("PPI") e do Programa Especial de Parcelamento - PEP ("PEP"). 1ª Estruturação - Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do PPI no montante de R$2.079.840.969 (base em 1º de março de 2012). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R$926.088.398 foi realizada com capital próprio e com recursos captados por meio da integralização da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real ("1ª Emissão"), distribuídas com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução 476/2009, o restante da integralização se deu com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 1ª Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações ("Debêntures Subordinadas"), no valor de R$1.153.752.571. A estruturação foi amparada em instrumentos jurídicos e uma série de procedimentos e processos implementados pela Companhia, pelo Estado de São Paulo, e por terceiros, visando garantir a prioridade dos pagamentos devidos aos detentores da 1ª Emissão de debêntures com os recursos advindos dos direitos creditórios do PPI, e em seguida, com o excedente dos recursos recebidos a amortização das Debêntures Subordinadas. A 1ª Emissão conta com garantia real representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PPI e das contas correntes e de investimentos onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, os quais estão sob a gestão e movimentação do agente fiduciário da 1ª Emissão, que inclui um fundo de amortização em montante igual ao somatório das 3 (três) próximas parcelas de pagamento da 1ª Emissão. Por ocasião da 2ª Estruturação, foi constituída garantia real adicional representada pela cessão fiduciária da conta corrente em que a Companhia recebe o fluxo financeiro dos direitos creditórios do PEP adquiridos do Estado de São Paulo em 28 de novembro de 2014. Em conformidade com o cronograma de amortização, em 29 de fevereiro de 2016, a Companhia promoveu o resgate integral das Debêntures com Garantia Real - 1ª Emissão, com o pagamento da última parcela de juros e amortização. Em 31 de outubro de 2016, a Companhia promoveu o resgate total das Debêntures Subordinadas, subscritas pelo Estado de São Paulo, mediante as amortizações financeiras antecipadas e as dações em pagamento de direitos creditórios de PPI rompidos. Em 31 de dezembro de 2016, os direitos creditórios ativos vincendos do PPI somavam R$242.566.487, cuja arrecadação será direcionada à amortização das Debêntures compreendidas na 2ª e 3ª Emissões. 2ª Estruturação - Em dezembro de 2014, por meio da Celebração do Contrato de Cessão, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R$5.903.621.843 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R$809.009.878 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). A 2ª Emissão conta com garantia adicional real representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual o excedente dos fluxos financeiros do PEP é direcionado após o pagamento da 3ª Emissão, e de um fundo de amortização em montante igual a 1,6 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização da 1ª Série da 2ª Emissão, observado ainda que o pagamento da 2ª Série da 2ª Emissão é realizado com os recursos que excederem o pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão. À 1ª Série da 2ª Emissão obteve nota de rating "brBBB", atribuída pela Standard & Poors. Em 24 de fevereiro de 2017 houve a alteração do rating da Debênture 1ª Série da 2ª Emissão para 'brBB'. Ainda em relação à 2ª Estruturação, em 18 de maio de 2015, a Companhia promoveu a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R$740.000.000, na data de emissão. Em virtude do cumprimento de todas as etapas, formalidades e condições exigidas nos documentos da operação, assim como em razão da efetiva liquidação da 3ª Emissão ter sido realizada somente em 8 de julho de 2015, os registros contábeis relacionados a estas debêntures foram efetuados nas demonstrações financeiras da Companhia do 3º trimestre de 2015. Convém informar, ainda, que dos recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão, o valor de R$750.000.000 foi direcionado para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme programado na 2ª Estruturação. A garantia real da 3ª Emissão é representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PEP e dos fluxos verificados nas contas correntes onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, bem como, de um fundo de amortização em montante equivalente às 4 próximas parcelas de pagamento de remuneração e amortização. À 3ª Emissão obteve nota de rating "brAA-", atribuída pela Standard & Poors. Desempenho - No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou um lucro de R$3.012.684 (R$8.680.520, em 2015), sendo que deste resultado, R$3.632.359 (R$22.696.563, em 2015) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, mantidos com Partes Relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu valor justo e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. c) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial, conforme detalhado na nota explicativa nº 9. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. Aprovação das Demonstrações Financeiras: A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 29 de março de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. b) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos - A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos - Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Caso ocorra tal evento nos ativos da carteira de empréstimos e recebíveis, tais ativos são imediatamente transferidos para a categoria de "rompidos" e, posteriormente, utilizados para a amortização extraordinária das debêntures subordinadas na forma de dação em pagamento. Ativos não financeiros - O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. d) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. e) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. f) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. O resultado inclui a apropriação do ajuste a valor justo dos direitos creditórios e das debêntures (Nota 9), apurados quando do reconhecimento inicial. g) Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$240.000 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. h) Determinação do valor justo: As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos	31.624	98.104
Aplicações Financeiras (*)	159.524.026	144.145.792
Total	**159.555.650**	**144.243.896**

(*) Composição das aplicações financeiras: (i) Cotas do Fundo de Investimento BB CPSEC FIC RF LP da Conta excedente PPI no valor de R$550.472. (ii) Cotas do Fundo de Investimento BB CPSEC FIC RF LP (incluído o Fundo de Amortização das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão) da Conta de Recebimento da 2ª Emissão no valor de R$43.225.711 (R$34.259.552, em 2015). (iii) Cotas do Fundo de Investimento BB CPSEC FIC RF LP da Conta de Despesas da 2ª Emissão no valor de R$594.285 (R$532.165, em 2015). (iv) Conta movimento da Companhia - BB CPSEC FIC RF LP no valor de R$5.737.135 (R$10.379.576, em 2015). (v) Cotas do Fundo de Investimento BB CPSEC FIC RF LP (incluído o Fundo de Amortização das Debêntures da 3ª Emissão) da Conta de Recebimento do PEP no valor de R$108.849.670 (R$65.149.392, em 2015). (vi) Cotas do Fundo de Investimento BB CPSEC FIC RF LP da Conta de Despesas da 3ª Emissão no valor de R$566.753 (R$507.512, em 2015). As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador. As cotas mencionadas nos itens acima se referem às aplicações no BB CPSEC FIC RF LP, fundo exclusivo da CPSEC que investe seus recursos no BB Top RF Conservador Fundo de Investimento de Renda Fixa Longo Prazo, cuja carteira é composta substancialmente de operações compromissadas e títulos públicos. O resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras foi registrado como "Receitas Financeiras", no montante de R$24.536.376, no período findo em 31 de dezembro de 2016 (R$19.511.393, no período findo em 31 de dezembro de 2015).

5. Direitos Creditórios: Representados pelos valores dos Direitos Creditórios oriundos do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP). Os Direitos Creditórios do PPI têm condições de realização e atualização pela taxa Selic estabelecida em contrato. Já os Direitos Creditórios do PEP têm condições de realização e atualização pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. Dessa forma, tanto os Direitos Creditórios do PPI, quanto os Direitos Creditórios do PEP, caracterizam-se como recebíveis. As segregações dos estoques de Direitos Creditórios do PPI e do PEP estão demonstradas abaixo, conforme o prazo de realização:

Carteira de Recebíveis - PPI

Classificação	31/12/2016 Saldo devedor	31/12/2015 Saldo devedor
Até 12 meses	199.078.243	265.717.029
Até 24 meses	40.783.317	203.308.010
Até 48 meses	2.397.924	45.739.404
Até 60 meses	179.655	177.176
Após 60 meses	127.348	286.534
Total	**242.566.487**	**515.228.153**
PPI rompido (1)	9.718.366	656.982.007
PPI rompido - redutora (1)	-	(2.610.943)
Ajuste a Valor Justo (2)	(63.704.914)	(168.752.107)
Total	**188.579.939**	**1.000.847.110**
Curto Prazo	**199.078.243**	**265.717.029**
Longo Prazo	**43.488.244**	**249.511.124**

(1) Referem-se a créditos vencidos de parcelamentos rompidos, que serão compensados com as debêntures subordinadas e devolvidos ao Governo do Estado de São Paulo. A conta redutora de PPI Rompidos, no valor de

Continua

Imprensa oficial — Governo do Estado São Paulo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 31 de março de 2017 às 01:39:59.

Continuação **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC**

R$2.610.943 (2015), refere-se ao somatório dos valores recebidos pelo Estado, mediante cobrança judicial/PGE, oriundos de débitos tributários incluídos no PPI cedidos, e que foram transferidos posteriormente à Companhia. (2) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Governo do Estado de São Paulo (Nota 9).

Carteira de Recebíveis - PEP

Classificação	31/12/2016 Saldo devedor	31/12/2015 Saldo devedor
Até 12 meses	607.890.029	793.380.230
Até 24 meses	406.385.588	604.812.896
Até 48 meses	548.004.144	821.589.162
Até 60 meses	214.035.951	281.772.982
Após 60 meses	333.242.868	635.781.178
Total	**2.109.558.580**	**3.137.336.448**
PEP rompido (3)	715.671.329	2.279.447.446
Ajuste a Valor Justo (4)	(11.925.107)	(22.642.619)
Total	**2.813.304.802**	**5.394.141.275**
Curto Prazo	**607.890.029**	**793.380.230**
Longo Prazo	**1.501.668.551**	**2.343.956.218**

(3) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos, que serão futuramente compensados com as debêntures da 2ª série da 2ª emissão e devolvidos ao Governo do Estado de São Paulo, após a permanência mínima de 12 meses destes parcelamentos nesta situação. (4) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Governo do Estado de São Paulo (Nota 9).

6. Outros Ativos Circulantes

	31/12/2016	31/12/2015
Tributos a compensar (a)	16.172.918	7.350.059
Despesas antecipadas	16.476	17.344
Total	**16.189.394**	**7.367.403**

(a) O total de tributos a compensar refere-se: R$234.269 ao saldo negativo de IRPJ 2012, R$778.213 ao saldo negativo de CSLL 2012, R$1.253.404 ao saldo negativo de IRPJ 2013, R$1.167.457 ao saldo negativo de IRPJ 2014, R$455.743 ao saldo negativo de CSLL 2014, R$4.011.478 ao saldo negativo de IRPJ 2015, R$235.657 ao saldo negativo de CSLL 2015, R$602.208 ao saldo do PIS a recuperar não cumulativo, R$2.410.023 ao saldo do COFINS a recuperar não cumulativo, R$5.023.269 ao saldo negativo de IRPJ 2016 e R$1.197 ao saldo do negativo de CSLL 2016.

7. Debêntures: Conforme menção na nota explicativa nº 1, a Companhia emitiu um total de 5.212.299 debêntures, compreendendo 5 colocações (tranches) distintas cujos detalhes e características estão demonstrados nos quadros abaixo:

Carteira de Debêntures

Detalhamento/Características	1ª Estruturação			2ª Estruturação	
Garantia	Subordinada	Garantia Real	Quirografária	Quirografária	Garantia Real
Emissão		1ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão
Distribuição	Privada	Pública	Pública	Pública	Pública
Série	Única	Única	1ª Série	2ª Série	Única
Oferta		ICVM 476	ICVM 476	ICVM 476	ICVM 400
Classificação de Risco (S&P)		brAA-	brBBB		brAA-
Fundo de Amortização		3 PMT	1,6 PMT		4 PMT
Data Emissão	30/11/10	01/03/12	28/11/14	28/11/14	18/05/15
Data Vencimento	28/02/25	29/02/16	17/12/19	18/07/24	16/06/20
Quantidade	10.479	1.200	8.000	5.118.620	74.000
Despesa Estruturação e Distribuição	0	5.197.305	14.481.277	0	613.433
Valor da Emissão	1.153.752.571	600.000.000	800.000.000	5.118.620.000	740.000.000
Prazo Amortização	171 meses	46 meses	60 meses	116 meses	60 meses
Prazo Remanescente em 31.12.2016	Resgatada	Resgatada	36 meses	91 meses	42 meses
Indexador utilizado	Selic Simples	100% DI	100% DI	12,28% a.a.	100% DI
Spread		2,90% a.a.	2,60% a.a.		2,50% a.a.
Taxa efetiva (*)		DI+3,33% a.a.	DI+3,53% a.a.		DI+2,54% a.a.
Periodicidade de indexação	mensal	diária	diária	mensal	diária

As Debêntures Subordinadas, com vencimento em 28 de fevereiro de 2025, foram resgatadas integralmente em 31 de outubro de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. As Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com vencimento em 18 de julho de 2024, têm sua liquidação obrigatória somente em suas respectivas datas de vencimento, razão pela qual os seus saldos devedores estão classificados e registrados no passivo não circulante. No entanto, são realizadas amortizações financeiras antecipadas nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com a disponibilidade mensal de caixa da Emissora, derivada da arrecadação dos direitos creditórios do PPI e do PEP, líquida do pagamento das Debêntures que possuem garantia real e/ou prioridade no recebimento, em conformidade com os respectivos cronogramas de amortização. Conforme menção e valores destacados na nota explicativa nº 15, oportunamente também são efetuadas amortizações antecipadas não financeiras, via compensação de valores, no saldo devedor das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, através do Evento de Indenização, com fulcro no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios, celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo. No quadro abaixo são demonstrados o saldo devedor das Debêntures com Garantia Real e das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, da 1ª Série da 2ª Emissão, segregado por data de vencimento, conforme os respectivos cronogramas de amortização, bem como o saldo das Despesas de Estruturação e Distribuição (Custo de Transação) a apropriar.

Carteira de Debêntures

	Saldo devedor					
	CPSC11		CPSC12		CPSC13	
Classificação	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Até 12 meses	-	31.809.886	202.573.827	276.351.193	214.505.541	222.895.022
Até 24 meses	-	-	128.675.726	200.329.329	126.330.487	211.091.783
Até 36 meses	-	-	38.483.200	128.675.726	95.539.950	126.330.487
Até 60 meses	-	-	-	38.483.200	35.517.708	131.057.659
Total	**-**	**31.809.886**	**369.732.753**	**643.839.448**	**471.893.686**	**691.374.951**
Custo de Transação a amortizar	-	(24.025)	(4.505.289)	(9.150.648)	(312.139)	(513.976)
Total	**-**	**31.785.861**	**365.227.464**	**634.688.800**	**471.581.547**	**690.860.975**
Curto prazo	**-**	**31.809.886**	**202.573.827**	**276.351.193**	**214.505.541**	**222.895.022**
Longo prazo	**-**	**-**	**167.158.926**	**367.488.255**	**257.388.145**	**468.479.929**

8. Outras Obrigações e Contingências: Valores Transitórios a Pagar - Referem-se a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 registrava R$3.392.433 (R$7.127.946, em 2015). Passivos contingentes - Não há litígio em andamento ou riscos com divulgação requerida de acordo com o CPC 25.

9. Mensuração Inicial de Ativos e Passivos Financeiros: 1ª Estruturação - A Administração da CPSEC, em face do CPC 38, que trata do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou no ativo os Direitos Creditórios do PPI como Recebíveis, e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") reconheceu uma redução no valor de R$278.780.351. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures Subordinadas, reconheceu uma redução de R$147.301.984. O valor líquido da mensuração inicial considerou também a ativação de impostos diferidos no valor de R$44.702.644, resultando no reconhecimento da redução do patrimônio líquido em R$86.775.722. Em virtude do resgate integral das Debêntures Subordinadas - 1ª Emissão, em 31 de outubro de 2016, mediante a dação em pagamento dos direitos creditórios de PPI rompidos e as amortizações financeiras antecipadas realizadas, a Companhia, observando as premissas adotadas na mensuração inicial, promoveu também a baixa (de forma equivalente) do ajuste a valor justo da carteira de direitos creditórios do PPI. Assim, em 31 de dezembro de 2016 em função da referida redução da carteira de Direitos Creditórios do PPI o seu ajuste a valor justo a apropriar era de R$63.704.914 (R$168.752.107, em 2015). Consequentemente, os impostos diferidos reduziram para R$21.659.671 (R$27.457.384, em 2015) e o ajuste a valor justo líquido a apropriar do PPI era de R$42.045.244 (R$53.299.627, em 2015). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi incorporado ao resultado o montante de R$17.052.095 (R$26.846.262, em 2015), sendo R$11.254.383, líquido dos efeitos tributários (R$17.718.533, em 2015), referente aos efeitos da mudança do valor justo após o reconhecimento inicial. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 38 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios cedidos pelo Estado de São Paulo, em 20 de abril de 2012, com efeitos a partir de 1º de março de 2012, no valor de R$2.079.840.969, os fluxos de recebíveis projetados foram descontados pela taxa de juros futuros do DI, divulgada pela BM&F, adicionada de um spread de 0,5% a.a.. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo, que reteve substancialmente o risco de inadimplência dos respectivos Direitos Creditórios cedidos, seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures Subordinadas, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, no valor de R$1.153.752.571, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo o contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Emissão de debêntures com garantia real. A aplicação da apuração do valor justo da 1ª Emissão de debêntures com garantia real, no montante de R$611.447.677, foi nulo em função das taxas de emissão serem apuradas em processo de "bookbuilding" e contratadas com partes não relacionadas. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. 2ª Estruturação - A Administração da CPSEC, em face do CPC 38, que trata do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou no ativo os Direitos Creditórios do PEP como Recebíveis, e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") reconheceu uma redução no valor de R$29.163.595. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão, reconheceu uma redução de R$43.416.926. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R$14.253.331, cujo valor foi registrado na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Em junho de 2016, nos termos da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, a Companhia deu início aos procedimentos de resgate das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas pelo Estado de São Paulo, mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PEP, decorrentes de parcelamentos do PEP Rompidos há 12 meses ou mais. Em dezembro de 2016, a Companhia promoveu um novo resgate parcial das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas pelo Estado de São Paulo, com base na nova tranche de Direitos Creditórios de PEP Rompidos, na carteira da Companhia, apta a ser objeto de dação em pagamento. Nesta ocasião, a dação em pagamento utilizando os parcelamentos de PEP Rompidos selecionados alcançaram os montantes de R$1.784.201.830 e de R$596.560.960, respectivamente. Considerando os saldos remanescentes de Direitos Creditórios do PEP mantidos em carteira e das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão em dezembro de 2016, e observando as premissas adotadas na mensuração inicial, a Companhia promoveu a baixa (de forma equivalente) do ajuste a valor justo da carteira de direitos creditórios do PEP. Em 31 de dezembro de 2016 o valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP era de R$11.925.107 (R$22.642.619, em 2015), enquanto que nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão estava em R$18.487.555 (R$36.827.091, em 20154), passando o ajuste a valor justo a apropriar líquido do PEP para R$6.562.448 (R$14.184.472, em 2015). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi incorporado ao resultado o valor negativo de R$7.622.024 (R$4.978.032 positivo, em 2015), referente aos efeitos da mudança do valor justo após o reconhecimento inicial. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 38 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios cedidos pelo Estado de São Paulo, em 18 de dezembro de 2014, com efeitos a partir de 28 de novembro de 2014, no valor de R$5.903.621.843, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um spread de 0,5% a.a.. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo, que reteve substancialmente o risco de inadimplência dos respectivos Direitos Creditórios do PEP cedidos, seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, no valor de R$5.118.620.000, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo o contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. Em julho de 2015 foi concluída a 3ª Emissão de Debêntures da Companhia (ICVM 400), a qual tem como lastro os fluxos financeiros de Direitos Creditórios do PEP, tendo esta preferência no pagamento da remuneração e amortização, em relação às Debêntures da 2ª Emissão. Com os recursos provenientes desta captação a mercado, R$750.000.000 foram direcionados à amortização extraordinária do saldo devedor das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão, cuja movimentação também teve reflexo no valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão. Não foi aplicado a apuração do valor justo das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 1ª Série da 2ª Emissão, em função de ter sido à taxas de mercado com partes não relacionadas. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. Divulgação do valor justo de ativos e passivos - O valor justo dos ativos e passivos se aproxima do valor contábil, em razão das aplicações financeiras serem consideradas como equivalentes de caixa.

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

	31/12/16 Valor contábil	31/12/15 Valor contábil	Categoria
Ativos Financeiros			
Aplicações Financeiras	159.524.026	144.145.792	Valor justo através resultado
Direitos Creditórios	3.001.884.741	6.394.988.385	Empréstimos e recebíveis
Passivos Financeiros			
Debêntures com Garantia Real	0	31.785.861	Outros passivos mensurados ao custo amortizado
Debêntures Subordinadas	0	727.375.474	Outros passivos mensurados ao custo amortizado
Debêntures Mezanino (1ª Série da 2ª Emissão)	365.227.464	634.688.800	Outros passivos mensurados ao custo amortizado
Debêntures Quirografárias (2ª Série da 2ª Emissão)	2.078.189.855	4.204.052.980	Outros passivos mensurados ao custo amortizado
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	471.581.547	690.860.975	Outros passivos mensurados ao custo amortizado

Hierarquia de valor justo - Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

10. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado é de R$335.000.000 em moeda corrente nacional, representado por 3.350.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. **b) Lucro do Exercício:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o lucro auferido foi de R$3.012.684 (R$8.680.520, em 2015), sendo que deste resultado, R$3.632.359 (R$22.696.563, em 2015) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, conforme detalhado na nota explicativa nº 9. **c) Reserva legal:** A Reserva Legal, no valor de R$810.422, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Em 28 de julho de 2016 foram pagos aos acionistas da Companhia o montante de R$3.716.189 de dividendos, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, referente ao resultado obtido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Referente ao resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração propôs o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, no valor de R$97.953, equivalente a 50% do lucro tributável, e correspondente a R$0,02923970, por ação ordinária, cujo valor foi provisionado no passivo circulante. Os juros sobre o capital próprio proposto serão pagos aos acionistas após deliberação em Assembleia Geral, cuja reunião realizar-se-á em abril de 2017. **e) Ajuste de avaliação patrimonial:** O ajuste de avaliação patrimonial se refere ao impacto do valor justo na mensuração inicial dos instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa nº 9.

11. Remuneração dos Administradores, Conselho e Empregados: A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual, "pro rata temporis", no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano (13º salário). Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual, conforme disposto no parecer CODEC nº 150/2005, e direito a descanso anual com características de licença remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais na forma disposta no parecer CODEC nº 200/2008.

Despesas trabalhistas e previdenciárias	2016 Exercício	2015 Exercício
Honorários da diretoria e conselho	1.205.887	1.064.257
Salários - empregados	276.432	248.727
Vale Refeição - empregados	15.039	9.742
Vale Alimentação - empregados	9.559	7.738
Férias e 13º Salário - empregados	60.637	54.016
Licença Remunerada	70.921	54.907
Gratificação anual	69.663	65.373
Despesa de INSS	391.612	348.155
Despesas de FGTS	109.244	93.455
Total das despesas	**2.208.994**	**1.946.370**

12. Detalhamento de Contas da Demonstração do Resultado

	2016 Dezembro	2015 Dezembro
a) Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	287.824	258.725
CETIP	241.528	232.707
Banco Mandatário	75.223	211.895
Assessoria Contábil	123.236	144.477
Agente Fiduciário	90.531	112.363
Rating	41.295	-
	859.637	**960.167**
b) Anúncios e Publicações	**149.223**	**363.784**
c) Despesas Legais e Societárias	**24.696**	**84.740**
d) Outras Receitas Operacionais		
Reversão de Provisão	-	15.334
Crédito PIS a Recuperar	602.208	-
Crédito COFINS a Recuperar	2.410.023	-
	3.012.231	**15.334**
e) Outras Despesas Operacionais		
Taxa CVM	45.327	104.146
Sindicato	86.917	86.698
Seguros D&O	63.375	71.228
Juros e Multa PIS e Cofins	1.464.366	-
Outras despesas operacionais	37.114	81.646
	1.697.099	**343.718**

Continua

Imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 31 de março de 2017 às 01:39:59.

Continuação **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC**

13. Resultado Financeiro

	2016 Dezembro	2015 Dezembro
Receitas financeiras:		
Receitas com títulos de renda fixa	22.910.823	18.067.078
Operações Compromissadas	1.620.191	1.433.582
Descontos obtidos	5.360	10.733
Subtotal	**24.536.374**	**19.511.393**
Despesas financeiras:		
IOF (aplicação em fundos investimentos)	634.312	1.479.010
Tarifa Bancária	73	310
Multa e juros incorridos	73	295
Subtotal	**634.458**	**1.479.615**
Total do resultado financeiro	**23.901.916**	**18.031.778**

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016 Exercício	2015 Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.826.852	17.808.249
(-) Exclusão Ajuste a Valor Justo	(9.430.072)	(31.824.292)
(+) Adição Despesas Indedutíveis	799.125	-
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	195.905	(14.016.043)
JCP Provisionado	(97.953)	-
Compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	(29.386)	-
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	68.566	(14.016.043)
Provisão para Imposto de Renda (IRPJ) Corrente	10.285	-
Provisão para Contribuição Social (CSLL) Corrente	6.171	-
IRPJ e CSLL sobre Ajuste a Valor Justo	5.797.712	9.127.729

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuia R$4.765.455 de créditos tributários sobre base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal de imposto de renda não registrados.

15. Eventos de Indenização e Amortização das Debêntures Subordinadas e das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão: Os Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios do PPI e do PEP estabeleceram a obrigação do Estado de São Paulo indenizar a CPSEC no caso de extinção total ou parcial dos Diretos Creditórios ou na hipótese do recebimento pelo Estado dos Direitos Creditórios cedidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram realizados eventos de indenização entre o Estado de São Paulo e a Companhia, no montante de R$116.354.246, concernentes às hipóteses de indenizações previstas no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios do PEP. Os ajustes foram favoráveis à Companhia, permitindo, assim, a compensação dos respectivos valores para a redução do saldo devedor das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. As amortizações financeiras antecipadas das debêntures subordinadas efetuadas no exercício social de 2016, com as disponibilidades mensais de caixa da Companhia, alcançaram o montante de R$116.937.443 (R$120.321.353, em 2015). Em relação às debêntures da 2ª série da 2ª emissão, as amortizações financeiras antecipadas efetuadas no exercício social de 2016, com as disponibilidades mensais de caixa da Companhia, alcançaram o montante de R$54.374.219 (R$428.526.073, em 2015). Com o evento do resgate integral das debêntures subordinadas em 31 de outubro de 2016, mencionado na nota explicativa nº 1, os fluxos excedentes oriundos da arrecadação dos direitos creditórios do PPI passaram a ser alocados na amortização financeira antecipada das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. Adicionalmente, em relação às debêntures subordinadas, informamos que nos meses de fevereiro e outubro de 2016, foram realizadas amortizações extraordinárias, compensando o montante de R$712.267.133, mediante dação em pagamento dos direitos creditórios de PPI rompidos. Em relação às debêntures 2ª série da 2ª emissão, informamos que nos meses de junho e dezembro de 2016, foram realizadas amortizações extraordinárias, compensando o montante de R$2.380.762.790, mediante dação em pagamento dos direitos creditórios de PEP rompidos até dezembro de 2015.

16. Operações com Partes Relacionadas: Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PPI (1ª Estruturação), no montante de R$2.079.840.969, de 1º de março de 2012, bem como o Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R$5.903.621.843 (2ª Estruturação), de 28 de novembro de 2014, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, foram firmados com o Estado de São Paulo, seu acionista controlador. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as transações existentes com partes relacionadas são:

	Nota	31/12/2016 Ativo (Passivo)	31/12/2016 Receita (Despesa)	31/12/2015 Ativo (Passivo)	31/12/2015 Receita (Despesa)
Estado de São Paulo					
Direitos Creditórios - PPI Rompidos		9.718.366	6.994.402	654.371.064	46.202.881
Direitos Creditórios - PEP Rompidos		715.671.329	217.682.590	2.279.447.446	186.887.399
- Debêntures Subordinadas (1a Emissão)	1 e 7	-	(13.833.957)	(815.370.571)	(58.180.037)
- Debêntures Quirografárias (2ª Série da 2ª Emissão)	1 e 7	(2.096.677.410)	(407.288.593)	(4.240.880.071)	(543.341.513)
- Valores Transitórios a pagar	8	(3.392.433)	-	(7.127.946)	-
- Receitas de Indenização	15	-	116.354.246	-	199.656.148

O Diretor de Gestão Corporativa da Companhia (Sr. Tomás Bruginski de Paula) acumula a função de Diretor da Companhia Paulista de Parcerias, também vinculada à Secretaria da Fazenda, empresa esta acionista com 0,03% do Capital Social da Companhia Paulista de Securitização. Em 18 de abril de 2016, o Sr. Arno Meyer tomou posse como novo Diretor de Gestão Corporativa da Companhia, em substituição ao Sr. Tomás Bruginski de Paula, tendo seu mandato unificado com os demais diretores. Em 2 de janeiro de 2017, o Sr. Rogério Mario Pedace tomou posse como novo Diretor de Gestão Corporativa da Companhia, em substituição ao Sr. Arno Meyer, tendo seu mandato unificado com os demais diretores. Em 11 de janeiro de 2017, o Sr. Rogério Ceron de Oliveira tomou posse como novo membro e presidente do Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao Sr. Renato Augusto Zagallo Vilella dos Santos. A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia.

17. Gerenciamento de Riscos: Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir: os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.

	Natureza do risco associado	31/12/2016 Saldo exposto ao risco	31/12/2015 Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco			
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	31.624	98.104
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	159.524.026	144.145.792
Direitos Creditórios *	Mercado, crédito, liquidez e operacional	2.352.125.067	3.652.564.601
Passivos expostos a risco			
Debêntures **	Liquidez, mercado e operacional	2.212.914.154	3.489.456.411

* Excluído o saldo exposto a risco, dos direitos creditórios rompidos, passíveis de utilização para amortização/ pagamento de debêntures; ** Saldo das debêntures, líquido dos direitos creditórios rompidos.

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade da Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabela abaixo:

31/12/2016

Análise do Risco de Liquidez

Prazo	Debêntures c/ Garantia Real - 1ª Emissão	Debêntures Subordinada	Debêntures c/ Garantia Real - 3ª Emissão	Debêntures Mezanino	Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	-	-	58.776.424	65.164.912	70.267.664	3.392.433
3 a 6 meses	-	-	56.368.458	51.050.341	84.924.307	-
6 a 12 meses	-	-	99.360.659	86.358.574	137.345.412	-
1 a 3 anos	-	-	221.870.437	167.158.926	364.752.488	-
3 a 5 anos	-	-	35.517.708	-	422.487.021	-
Acima de 5 anos	-	-	-	-	301.229.188	-
Total	**0**	**0**	**471.893.686**	**369.732.753**	**1.381.006.080**	**3.392.433**

31/12/2015

Análise do Risco de Liquidez

Prazo	Debêntures c/ Garantia Real - 1ª Emissão	Debêntures Subordinada	Debêntures c/ Garantia Real - 3ª Emissão	Debêntures Mezanino	Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	31.809.886	63.273.205	28.832.787	75.970.091	90.175.324	7.127.946
3 a 6 meses	-	62.896.622	68.090.373	70.061.239	48.143.298	-
6 a 12 meses	-	34.829.680	125.971.862	130.319.862	83.924.810	-
1 a 3 anos	-	-	337.422.270	329.005.057	408.363.134	-
3 a 5 anos	-	-	131.057.659	38.483.199	463.843.721	-
Acima de 5 anos	-	-	-	-	866.982.338	-
Total	**31.809.886**	**160.999.507**	**691.374.951**	**643.839.448**	**1.961.432.625**	**7.127.946**

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5.

Pré-pagamentos - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. Gestão do capital: A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o trimestre. Análise de sensibilidade: Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures Subordinadas e pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Em relação a 1ª Emissão de debêntures com garantia real, suas condições se equivalem em indexadores e prazos aos contratos de recebíveis tomados como lastro para a sua Emissão, entretanto na composição de taxa apresentam um spread fixo adicionado ao seu indexador. Diante da impossibilidade contratual de recompra pela Companhia destas Debêntures, a ocorrência de cenários adversos tornam residuais os efeitos em quaisquer cenários econômicos. Com relação à 3ª Emissão e a 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro de recebíveis, porém estes recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo. As expectativas do mercado para a inflação no curto prazo melhoraram sensivelmente nestes últimos meses, indicando a continuidade de uma trajetória descendente para o próximo ano, em razão do declínio da demanda agregada, favorecendo a condução das expectativas inflacionária ao centro da meta. Desta forma, o consenso é de que o Comitê de Política Monetária continue o movimento de redução da taxa básica de juros em suas próximas reuniões, podendo terminar o ano de 2017 com uma taxa básica inferior a 10% a.a.. A confirmação deste cenário ensejará em uma melhora no resultado liquido da Companhia, sobretudo nas operações relacionadas à 2ª Estruturação, em razão da maior proporção de ativos pré-fixados na carteira da Companhia, relativos aos direitos creditórios do PEP. Com relação às operações vinculadas à 1ª Estruturação, tendo em vista que remanesce ativa apenas a porção excedente do lastro da carteira de recebíveis do PPI, não obstante esta carteira ser pós-fixada, o resultado será invariavelmente positivo, pois não há mais custo, em razão da quitação das debêntures com garantia real - 1ª emissão e das debêntures subordinadas. Neste cenário, na visão consolidada, o resultado liquido tende a melhorar, conforme se pode observar no quadro abaixo.

		Cenários		
Ativo	**Saldo 31/12/2016**	**Provável 12,00%**	**Possível (i) 9,00%**	**Remoto (ii) 6,00%**
Aplicações Financeiras	159.524.026	178.666.909	173.881.188	169.095.468
Direitos Creditórios (PPI)	252.284.853	267.421.944	263.637.671	259.853.399
Direitos Creditórios (PEP)	2.825.229.909	3.172.168.142	3.172.168.142	3.172.168.142
Total do Ativo	**3.237.038.788**	**3.618.256.995**	**3.609.687.002**	**3.601.117.008**
Variação		381.218.207	372.648.214	364.078.220
Passivo	**Saldo 31/12/2016**	**Provável 12,00%**	**Possível (i) 9,00%**	**Remoto (ii) 6,00%**
Debêntures Garantia Real - 3ª Emissão	471.893.686	541.733.952	527.223.221	512.712.490
Debêntures Mezanino	369.732.753	424.867.301	413.486.927	402.106.553
Debêntures 2ª Série 2ª Emissão	2.096.677.410	2.354.149.396	2.354.149.396	2.354.149.396
Total do Passivo	**2.938.303.849**	**3.320.750.649**	**3.294.859.544**	**3.268.968.439**
Variação		382.446.800	356.555.695	330.664.590
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		**(1.228.592)**	**16.092.519**	**33.413.630**
Resultado da Variação			**17.321.111**	**34.642.223**

(i) Redução de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável.

(ii) Redução de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável

(i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração com redução de 25% na variável de risco (redução de 25% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no resultado liquido de R$17.321.111.

(ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração com redução de 50% na variável de risco (redução de 50% na taxa básica de juros) indica uma variação positiva no de resultado liquido de R$34.642.223.

18. Informação por Segmento: A operação da Companhia consiste, única e exclusivamente, na securitização dos Direitos Creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS (PPI) e do Programa Especial de Parcelamento do ICMS (PEP), do Estado de São Paulo, por meio de Contratos de Cessão, em contrapartida da emissão de Debêntures para captação de recursos no mercado aberto, sendo este o único segmento de negócio da Companhia e base para tomada de decisões dos administradores.

19. Lucro Básico e Diluído por Ação: A tabela a seguir reconcilia o lucro liquido e a média ponderada do valor por ação, utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	2016 Exercício	2015 Exercício
Lucro/Prejuízo do exercício	3.012.684	8.680.520
Número de Ações durante o exercício	3.350.000	3.350.000
Lucro/Prejuízo por ação - básico e diluído (R$)	0,89931	2,59120

20. Transações que não Impactaram a Demonstração dos Fluxos de Caixa: Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveu o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2016, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do exercício os valores contábeis da despesa de depreciação e da realização do ajuste a valor de mercado. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa, e que, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa. • Compensação no valor nominal das debêntures subordinadas da 1ª emissão do montante relativo às dações em pagamento dos direitos creditórios de PPI rompidos, conforme menção na nota explicativa 15, no valor de R$712.267.133. • Compensação no valor nominal das debêntures da 2ª série da 2ª emissão dos montantes apurados nos eventos de indenização, conforme menção na nota explicativa 15, no valor de R$116.354.246. • Compensação no valor nominal das debêntures da 2ª série da 2ª emissão do montante relativo às dações em pagamento dos direitos creditórios de PEP rompidos, conforme menção na nota explicativa 15, no valor de R$2.380.762.790.

21. Eventos Subsequentes: Em 24 de fevereiro de 2017, a S&P Global Ratings, através de suas Ações de Ratings divulgou por meio de Comunicado à Imprensa relatório reafirmando o rating 'brAA- (sf)' às Debêntures da 3ª Emissão (Sênior 2), bem como rebaixando o rating das Debêntures 1ª Série da 2ª Emissão (Mezanino), de 'brBBB (sf)' para 'brBB (sf)'. O rebaixamento da Debênture 1ª Série da 2ª Emissão enseja em evento de avaliação aos debenturistas, tanto da 1ª Série da 2ª Emissão, como aos da 3ª Emissão, em razão de sua senioridade, sendo objeto de deliberação em futura Assembleia de Debenturistas. Neste sentido, em 02 de março de 2017, a Companhia levou ao conhecimento do Agente Fiduciário, de ambas as debêntures, para que sejam tomadas as devidas providências em observância aos procedimentos previstos nas respectivas escrituras. A Assembleia de Debenturistas realizar-se-á em 05 de abril de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADOR
Rogério Ceron de Oliveira	**Jorge Luiz Avila da Silva** - Diretor Presidente	**Renato Vieira Pita**
Giovanni Pengue Filho	**Max Freddy Frauendorf** - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores	CRC nº 1SP215.876/O-8 - CPF: 280.830.348-35
Jorge Luiz Avila da Silva	**Rogério Mario Pedace** - Diretor de Gestão Corporativa	

Continua

Imprensa oficial — Governo do Estado São Paulo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 31 de março de 2017 às 01:39:59.

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 29 de março de 2017, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 29 de março de 2017.

José Antonio Parimoschi **Marcio Cury Abumussi** **Tzung Shei Ue**

DECLARAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 3º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 29 de março de 2017, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 29 de março de 2017.

Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Rogério Mário Pedace - Diretor de Gestão Corporativa
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente

DECLARAÇÃO SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 3º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 29 de março de 2017, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 29 de março de 2017.

Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Rogério Mário Pedace - Diretor de Gestão Corporativa
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paulista de Securitização

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com Partes Relacionadas

Conforme mencionado nas notas 1 e 16, as operações da Companhia são substancialmente realizadas junto ao Estado de São Paulo, seu principal acionista. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Carteira de direitos creditórios A Companhia possui direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo. Tais ativos são originários de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP), os quais foram adquiridos por meio de emissão de debêntures lastreadas nos referidos direitos creditórios, sendo o cedente das operações o próprio detentor das debêntures subordinadas (Notas 1 e 5). A Administração da Companhia classificou tais direitos creditórios na categoria de "empréstimos e recebíveis" e, portanto, a mensuração é realizada pelo custo amortizado (Nota 3b). A cada data de apresentação das informações financeiras, a Companhia avalia as evidências objetivas de redução ao valor recuperável dos direitos creditórios e caso ocorra evento de perda os referidos direitos creditórios são transferidos para a categoria de "créditos rompidos" e imediatamente utilizados na forma de dação em pagamento para amortização antecipada das debêntures subordinadas junto ao Estado de São Paulo (Nota 3c). A existência e valor recuperável dos direitos creditórios foram considerados como um assunto relevante em nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e do volume de operações.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos de autorização, processamento, registro e baixa das operações. Confrontamos os valores das bases analíticas com os correspondentes saldos dos registros contábeis dos direitos creditórios. Realizamos teste para uma amostra de direitos creditórios, a fim de analisar a existência (lastro do ativo), valor correto e integridade com a documentação da operação e da inspeção das amortizações de parcelas nos extratos bancários. Adicionalmente, recalculamos o valor contábil dos direitos creditórios de acordo com seus respectivos prazos e taxas efetivas. Analisamos em base amostral a documentação relativa aos termos de dação em pagamento dos créditos rompidos utilizados para à amortização antecipada das debêntures subordinadas. Analisamos a consistência das informações divulgadas nas notas explicativas com as obtidas em nossa auditoria. Consideramos que os resultados dos nossos procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada de auditoria, no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

NICOLAU FORJAZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 53.429.742/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2016. Porto Ferreira, 24/03/2017.

Balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante		-	-	Não Circulante		151	151
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	Contas a Pagar		151	151
Contas a receber		-	-	**Patrimônio Líquido**		17.946	19.051
Não Circulante		18.097	19.202	Capital social	4	2.368	2.368
Investimentos	3	18.096	19.201	Correção monetária		69	69
Imobilizado		1	1	Ajustes de avaliação patrimonial		25.517	26.311
				Resultados acumulados		(10.008)	(9.697)
TOTAL DO ATIVO		18.097	19.202	**TOTAL DO PASSIVO**		18.097	19.202

Demonstração do resultado - (em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas (despesas) operacionais	(311)	51
Despesas administrativas	-	(6)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(311)	57
Resultado operacional	(311)	51
Resultado antes dos efeitos fiscais	(311)	51
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Resultado líquido do exercício	(311)	51
Resultado líquido por lote de mil ações (em reais)	(157,67)	25,87

Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/15	2.368	69	26.311	(9.697)	19.051
Realização Mais Valia do Ativo Imobilizado de Empresa Controlada - CPC 27	-	-	(794)	-	(794)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(311)	(311)
Saldos em 31/12/16	2.368	69	25.517	(10.008)	17.946

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota 1 - Contexto operacional - A Companhia tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como acionista, quotista ou sócia. Considerando que seu patrimônio líquido está quase que exclusivamente investido na Cerâmica Porto Ferreira S.A., suas demonstrações refletem substancialmente esta participação; **Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis -** Foram observadas as disposições legais, notadamente, as descritas na lei 6.404/76 com sua redação atual e legislação federal em vigor; **Nota 3 - Investimentos -** Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento em controlada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial, composto por 5.842.018 (cinco milhões, oitocentas e quarenta e duas mil e dezoito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da controlada Cerâmica Porto Ferreira S.A; **Nota 4 - Capital Social -** O Capital Social está representado por 1.973.500 (um milhão, novecentas e setenta e três mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e indivisíveis - VPA R$ 9,25.

Demonstração do fluxo de caixa (em milhares de reais)

Método Indireto	2016	2015
1.) Atividades Operacionais		
Resultado do exercício	(311)	51
Ajustes que não afetam o caixa:		
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a receber	-	45
[=) Caixa gerado (consumido) Atividades Operacionais	**(311)**	**96**
2.) Atividades de Investimentos		
Resultado da equivalência patrimonial	311	(57)
Contas a pagar	-	(58)
[=) Caixa gerado (consumido) Atividades Investimentos	**311**	**(115)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-	(19)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	-	19
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	-	-

Permanecemos à disposição para dirimir eventuais dúvidas

A ADMINISTRAÇÃO **Fernando Alves Rosa** - CT CRC 1SP175.865/O-3

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 31 de março de 2017 às 01:39:59.